

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Uma palavra e as coisas

Wolf-Dietrich SAHR¹

RESUMO

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável é um exercício interessante para se entender as novas formas do relacionamento entre a ciência e a política que surgiram durante os trinta anos passados. Originalmente vindo do âmbito da economia e modificado por abordagens ecológicas, o conceito se transformou, durante os anos 80, em palavra-chave nas discussões internacionais e interdisciplinares sobre o desenvolvimento em sua relação com a natureza. Percebe-se que várias qualidades clássicas da metodologia científica, como exatidão das definições e termos técnicos, epistemologias disciplinares e rígidas formulações de teorias, perderam gradativamente sua relevância durante esse processo. Isso colocou os limites da própria ciência acadêmica em questão. Através de uma crítica do economismo ecológico, que até hoje domina no discurso, abre-se um espaço para a incorporação de abordagens epistemológicas diferentes da ciência pura como atividades sociais, métodos psico-analíticos e até mesmo atividades da arte e da religião. O discurso do desenvolvimento sustentável apresenta-se, deste modo, como uma modificação cultural do próprio meio acadêmico nas condições da pós-modernidade.

Palavras-chave: Epistemologia, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política desenvolvimentista, análise discursiva.

¹ Professor visitante do Departamento de Geografia – UFPR. Doutor em Geografia – Universidade de Tübingen, Alemanha.

ABSTRACT

The discussion on sustainable development is an interesting topic to understand the new relationship between science and politics, which arose during the last 30 years. Originally in economics and modified by ecological approaches, the concept turned to be a key concept in international and inter-disciplinary discussions on development and its relation to nature was developed. It can be observed that various basic qualities of scientific methodologies, like clearly marked definitions and technical terms, foundation epistemologies in academic disciplines, and rigid applications of theories, are gradually losing relevance during the discussion process. This is a question to the proper limits of science. Based on critics on the ecologically modified economicism, which still prevails throughout the discourse, the incorporation of approaches, which are different from pure science, like social activities, psycho-analytical methods, and even the integration of arts and religion opens a new horizon. Therefore, the discourse on sustainable development can be interpreted as a cultural modification of the academic milieu under the conditions of post-modernity.

Key-words: Epistemology, sustainable development, environment, development politic, discursive analysis.

PRELÚDIO: O JOGO SÉRIO DA PALAVRA

Está no ar a palavra "desenvolvimento sustentável". Criada num relatório da Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), a expressão tornou-se concepção política, instrumento administrativo e conceito científico em inúmeras discussões e documentos. A Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, assinada pela maioria dos governos do mundo em 1992, visa o desenvolvimento sustentável no sentido "de estabelecer uma nova e equitativa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre estados, setores sociais estratégicos e populações, (...) reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nosso lar" (CONFERÊNCIA, 1992, p.3). A declaração consiste de 27 princípios, sendo que o primeiro deles acentua: "Os seres humanos são o centro de preocupação do desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza." (SACHS, 1993, p.97).

As preocupações oficializadas pela comunidade internacional ficam mais claras no preâmbulo da *Agenda 21*, que diz: "Defrontamos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar" (CONFERÊNCIA, 1992, p.3). Essa análise pode ser entendida como uma declaração de falência da empresa mundial em desenvolver as sociedades do nosso planeta na época pós-guerra. A implementação de uma política de "desenvolvimento" durante os 40 anos passados, principalmente no âmbito das Nações Unidas e sob a liderança dos países "desenvolvidos", criou uma situação altamente crítica. Quase todas as tentativas de reestruturação e integração das economias do Terceiro Mundo fracassaram; o meio ambiente degradou consideravelmente e as relações sociais mostraram-se progressivamente enfraquecidas. Este resultado não é tão surpreendente levando-se em conta os mais de 500 anos de expansão, exploração e dominação européia no planeta, que desestruturou grandes parcelas das culturas, relações sociais e economias dos povos do Terceiro Mundo.

Nem as teorias modernizadoras, que surgiram a partir do final dos anos 50 no contexto da descolonização da África, Ásia e do Caribe, como por exemplo os conceitos de ROSTOW (1964) e HIRSCHMANN (1961), nem as abordagens críticas dos anos 70, como as de FRANK (1982), CARDOSO e PALETTO (1971) ou GALTUNG (1972), conseguiram amenizar a situação dramática no cenário heterogêneo dos países do Terceiro Mundo. O fracasso foi duplo; tanto os governos quanto a comunidade científica foram os responsáveis pela situação calamitosa na qual milhões de pessoas vivem hoje cotidianamente, sem esperança de uma melhoria para as suas próprias gerações ou de seus filhos.

É exatamente nesta situação que a comunidade internacional, mais uma vez ambos, governos e cientistas, têm a ousadia de propor um novo conceito, agora não só de "desenvolvimento", mas sim de "desenvolvimento sustentável", para criar um "bem-estar", enquanto a grande maioria dos habitantes deste planeta vive numa situação que está longe de poder ser descrita por esta expressão. Para estes, o "desenvolvimento sustentável" é apenas uma expressão vazia, uma palavra no ar.

Em face deste cenário, pergunta-se por que o conceito de "desenvolvimento sustentável" surge no momento histórico atual e o que poderia explicar o seu grande "sucesso". Esta análise não pode, portanto, ficar restrita aos conteúdos do conceito, tendo também que avaliar

igualmente a situação discursiva na qual este conceito surge, dividindo a sua abrangência entre a política e a ciência, não esquecendo ainda a vivência das populações visadas por este conceito.

UM CAMINHO DISCURSIVO: DO CONCEITO CIENTÍFICO À PROPOSTA POLÍTICA

As principais raízes do discurso podem ser encontradas nos anos 70, quando a política internacional caracterizou-se pela implementação das teorias modernizadoras. Essas teorias mostraram uma face ambígua: de um lado elas explicaram a situação econômica dos países do Terceiro Mundo e, de outro, propuseram um esboço ideológico e social de como as suas sociedades deveriam ser. Assim, elas reuniram aspectos analíticos com propostas políticas (BOECKH, 1993, p.111). Alguns dos países do chamado Terceiro Mundo conseguiram seguir o padrão de modernização e de integração à economia do mercado global (principalmente as sociedades da Ásia Oriental com um forte domínio estatal); outros fracassaram nessa tentativa, como foi o caso da maioria dos países da África, e outros integraram-se parcialmente, como a maioria dos países latino-americanos. Este insucesso deu rumo às teorias da dependência (AMIN, 1976; CARDOSO e FALETTI, 1971; FRANK, 1982), que criticaram os modernistas sobretudo pela omissão de fatores históricos, falhando na explicação do porquê do avanço econômico não ter sido como se esperava.

No âmbito dessa discussão, um grupo de cientistas composto na sua maioria por economistas – o chamado *Club of Rome* – apresentou em 1972 um estudo sobre os "Limites do crescimento", no qual foi avaliado, com base em estatísticas prognósticas e com uma abordagem sistêmica, que o crescimento capitalista deveria esgotar-se no prazo máximo de cem anos caso não fossem tomadas medidas para preservar os recursos naturais (MEADOWS *et al.*, 1972). Desta forma, o *Club of Rome* juntou uma crítica ecológica ao modelo modernizador, que já havia sido alvo das críticas sociais dos seguidores da teoria da dependência.

Em 1973, Maurice STRONG, ligado à UNESCO e ao seu programa *Man and Biosphere*, propôs a concepção de "Ecodesenvolvimento", que recebeu um aprofundamento científico pelo economista polonês Ignacy SACHS (BRUSEKE, 1995, p.31). SACHS, que dispõe de uma vivência internacional muito diversificada por ter estudado no Brasil, ter feito doutorado na Índia e estar atualmente trabalhando na França, desenvolveu em seu

livro *Strategies de l'écodeveloppement* (1980) uma teoria de consunção, que incorpora o esgotamento dos recursos ecológicos na avaliação do comportamento do consumidor. O próprio título desse livro indica que SACHS não se contenta em ficar no campo analítico, buscando contribuir também para o debate político. Isto fica ainda mais claro em sua publicação inglesa, intitulada *Development and planning* (1984), na qual ele apresenta pela primeira vez as três dimensões da sustentabilidade, que são a econômica, a social e a cultural. Desta forma, revela-se nitidamente a perspectiva de um cientista humano, que trata o meio ambiente exclusivamente como recurso, negligenciando o próprio autovalor da natureza. Observa-se, assim, que uma avaliação exclusivamente econômica não é mais suficiente para entender o "desenvolvimento", necessitando-se uma diversificação dos discursos científicos. Em 1993, SACHS amplia novamente o número dos discursos envolvidos na discussão do desenvolvimento sustentável, incorporando ainda o discurso ecológico e o discurso espacial (SACHS, 1993, p.26).

Um olhar mais cuidadoso revela a maneira pela qual SACHS junta as categorias epistemológicas da sustentabilidade. Ele toma por base principalmente a concepção sistêmica, segundo COSTANZA (1991, p.85). Uma arqueologia discursiva desencava no texto de COSTANZA vários discursos da modernidade. A requisição de uma continuidade "indefinida" da vida humana refere-se ao discurso organicista e vitalista, que originou-se nos séculos XVIII e XIX e representa a base da antropologia biológica (FOUCAULT, 1966). Na base mais profunda dessa idéia reaparece semanticamente a ideologia cristã de uma vida eterna e contínua que, no entanto, só é pensável nas condições da ciência moderna como uma abstração: o ser humano só pode ser "indefinido" quando visto como categoria "homem". Isto opõe-se à vida humana do indivíduo, que é caracterizada pela integração de sua morte. Assim, sustentabilidade é vista como um elemento abstrato e sistêmico, alienando as pessoas de suas experiências vividas.

A segunda afirmação de COSTANZA é a de que a sustentabilidade pode fazer os indivíduos prosperarem. Esta suposição é contrária à primeira. O discurso refere-se agora ao indivíduo, negligenciando o bem das nações, como foi colocado no discurso de A. SMITH (1983). A riqueza, antigamente uma categoria social dentro do sistema de um Estado-Nação que poderia ser alcançada pela organização social do trabalho e da produção (vide FOUCAULT, 1966), torna-se um produto de consumo individual, que é vivenciado ou não pelo indivíduo. Aqui o autor deveria entrar numa discussão que questiona a sustentabilidade do sistema, principalmente da organização da produção e do trabalho.

O terceiro ponto básico de COSTANZA para um desenvolvimento sustentável é o de que "as culturas podem desenvolver-se". Para FOUCAULT, a idéia de cultura está principalmente ligada à língua (1966). A argumentação de COSTANZA parece desta maneira um pouco estranha, vista pela ótica de FOUCAULT. Podemos supor, assim, que a idéia de COSTANZA é mais materialista do que semiótica, logo não tão analítica em termos científicos.

COSTANZA tenta integrar as três dimensões da sustentabilidade de uma forma sistêmica. A vida, a riqueza e a cultura precisam, de acordo com esse paradigma, manter as suas estruturas inerentes conforme os seus critérios de diversidade, complexidade e funcionalidade. Conseqüentemente, a abordagem de desenvolvimento sustentável se refere mais à manutenção de sistemas estabelecidos do que às suas transformações (desenvolvimento). Percebe-se aqui claramente uma contradição lógica (TURNER, 1997, p.133). Fica também aberta a questão, se os três tipos de sistemas funcionam de maneira igual e se podem ser tratados como equivalentes.

Privilegiando o discurso econômico e subordinando a este os outros aspectos, SACHS (1993) soluciona esta questão de uma forma reduzida quando define cinco sustentabilidades, relacionadas a seguir:

a) Sustentabilidade social: desenvolvimento baseado em outro "tipo de crescimento", referindo-se às necessidades materiais e não-materiais das massas de população (p.25).

b) Sustentabilidade econômica: alocação e gestão "eficiente" dos recursos e fluxo regular do investimento público e privado (p.25).

c) Sustentabilidade ecológica: "engenharia" para intensificação do uso dos "recursos" potenciais de vários ecossistemas e aumento da proteção dos recursos (p.25-26).

d) Sustentabilidade espacial: distribuição "mais equilibrada" da configuração rural-urbana, conforme as atividades econômicas (p.26).

e) Sustentabilidade cultural: "em busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local" (p.27).

A linguagem é reveladora: o social se confunde com o crescimento econômico, o econômico se reduz à eficiência, a ecologia vira engenharia, o espaço vira alocação e a cultura busca "as raízes" da modernização em culturas que nunca tinham falado em desenvolvi-

mento, que não o apresentam em sua forma de pensar e nem dispõem de uma palavra para tanto, impossibilitando qualquer tradução de idéia.

Dois outros discursos do texto de COSTANZA perdem-se na interpretação de SACHS: 1) o discurso biológico-orgânico é abolido e a natureza vira recurso; 2) a cultura perde a sua independência e está subjugada ao pensamento ocidental na sua forma economicista-modernizadora. O que parecia à primeira vista uma miscigenação de diversos discursos acadêmicos, desencanta-se como um afunilamento ao discurso econômico, na sua variante capitalista. A contradição entre a tentativa científica de miscigenação e a restrição política do discurso econômico é óbvia. Para a superação desta contradição aparece o romantismo e a religião. Por isso tem-se as mensagens de "esperança" na Declaração de Cocoyoc, citado por SACHS (1993): "Temos fé no futuro da humanidade neste planeta" (p.12) e a ativação do pensamento romântico, que apela por uma harmonia da vida humana com a natureza: "O conceito básico de desenvolvimento equitativo em harmonia com a natureza deve permear todo o nosso modo de pensar" (SACHS, 1993, p.55). Nesta frase o autor lembra-se da natureza, anteriormente anilida a um recurso. Tem-se aí a entrada da poesia no desenvolvimento sustentável.

SACHS ainda continua: "A longa luta só será vencida no dia em que for possível, ao se falar do desenvolvimento, suprimir o prefixo "eco" e o adjetivo "sustentável" (p.55). Com certeza, contra a vontade do autor, este trecho deixa visível que o desenvolvimento sustentável representa mais um discurso poético do que uma epistemologia científica ou uma política material (cf. LELE, 1991; TRZYNA e OSBORN, 1995).

Esta dimensão semiótica observa-se também na *Agenda 21*, que busca "uma nova parceria mundial", que "compromete todos os Estados a estabelecer um diálogo permanente e construtivo, inspirado na necessidade de atingir uma economia em nível mais eficiente e equitativa." Com uma certa razão, a *Agenda* postula que é o diálogo que cria uma economia sustentável. A intenção econômica aparece novamente mal disfarçada. Enquanto muitos acham que a *Agenda 21* foi fundamentada num pensamento ecológico, mostra-se já no segundo capítulo desta (o primeiro é dedicado ao preâmbulo) que a intenção é quase exclusivamente econômica. Aí se anuncia a liberalização do comércio, o apoio recíproco entre comércio e meio ambiente e os estímulos a políticas favoráveis ao meio ambiente e ao desenvolvimento como metas principais para alcançar um desenvolvimento sustentável. Mais uma vez vale a observação semântica de que o conceito de natureza (como igualmente o de ecologia, também integrante do discurso cientí-

fico) desaparece atrás do "meio ambiente", seguindo a linha utilitarista de que o meio serve para algum alcance. Parece que o discurso "torna-se funcional ao sistema capitalista" (VARGAS, 1997, p.207).

INTERLÚDIO: O JOGO MÚLTIPLO DA PALAVRA

Estes poucos exemplos, aleatoriamente selecionados da obra de I. SACHS, um dos mais famosos promotores acadêmicos do desenvolvimento sustentável, e de um documento intergovernamental fundado nesta abordagem, mostram como a retórica invade ambos os discursos da ciência e da política. Aspecto interessante a observar é o fato da polivalência não só da expressão "desenvolvimento sustentável", mas também de seu conteúdo. Também nesta perspectiva os comentários dos cientistas chamam a atenção.

ADAMS (1993, p.208), por exemplo, vê a significância real do discurso exatamente na falta de definições claras deste. Ele atribui à flexibilidade do discurso um "potencial para destrancar portas que separaram disciplinas, e para quebrar barreiras entre o conhecimento acadêmico e a ação" (ADAMS, 1995, p.355).

REDCLIFT reconhece na vagueza do discurso o ponto forte deste (1991, p. 36). A palavra seria casada à idéia do "desenvolvimento", que representaria o marco mais alto da modernidade, enquanto a ênfase às qualidades diversificadoras das culturas seriam uma clara alusão ao pós-modernismo. A força do discurso ficaria assim na ambigüidade e abrangência deste (REDCLIFT, 1994, p.17).

TURNER (1997, p.133) refere-se sobretudo às mudanças científico-culturais do mundo atual através da seguinte afirmação: "São exatamente as qualidades elusivas e elásticas do desenvolvimento sustentável que ressonam na comunidade pós-moderna global". Isto deixaria esta comunidade na ilusão de um consenso amplo e coerente.

Os três autores citados acima vêem, assim, no discurso do desenvolvimento sustentável um construto simbólico-político (CONRAD, 1997, p. 68). Isto põe em questão alguns requisitos básicos da ciência clássica que prevaleciam até recentemente na comunidade científica, tais como a rigidez e clareza das definições e termos técnicos (herança de Descartes), a separação e a auto-reflexão das diversas disciplinas acadêmicas (herança de W. von Humboldt), a coerência e inambigüidade das explicações e teorias (herança de A. Comte e K. Marx) e a rejeição a qualquer forma de ilusão, fantasia ou arte (herança de quem?). Pare-

ce que agora a empresa da ciência burguesa, logocêntrica e refletiva como ela é, entrou em falência, deixando espaço para um discurso vago, intuitivo e até vazio de conteúdos.

Uma interpretação semiótica torna isto ainda mais claro. Na semiótica clássica a expressão de uma palavra denota o seu conteúdo. Conforme SAUSSURE, existe um elo entre o significante e o seu significado (1997, p.79; *apud* BARTHES, 1996 p.39). Esta relação clássica determinou amplamente o discurso científico, quando os termos técnicos da ciência indicaram e pesquisaram as coisas e conseqüentemente criaram uma relação mais ou menos fixa entre significado (objeto de pesquisa) e significante (termo científico). Prevaleceu na maioria das pesquisas a relação denotativa, unívoca (ECO, 1997, p.27), geralmente fundamentada em apenas um código (sistema comunicativo) para cada discurso. No caso do desenvolvimento sustentável, esta relação parece consideravelmente enfraquecida e diversos outros discursos (códigos políticos e sociais, por exemplo) entram no jogo. Conseqüentemente, a dimensão da palavra torna-se mais conotativa e até mesmo vaga, desaparecendo o elo entre a palavra e o seu conteúdo. Agora, os pesquisadores buscam um objeto que já tem termo científico definido, mas onde está ainda faltando o seu conteúdo. Entretanto, como isto não se admite na comunidade científica, os próprios pesquisadores acreditam, e eu espero que o leitor me permita essa brincadeira, que o desenvolvimento sustentável está "em desenvolvimento".

A existência de um conceito "caixa preta" (BECKER, 1993, p.130) termina em "con-fusão", unificando os mais diversos discursos e códigos sob um mesmo guarda-chuva (ALMEIDA 1997, p.22). Assim, a dimensão conotativa prevalece e o conceito abre-se para a comunicação transversal entre os discursos.

Desta forma, algumas questões se colocam: Qual seria a racionalidade científica que permite a análise de um discurso com vários códigos simultâneos como este do desenvolvimento sustentável? Qual é a linguagem adequada para fazer isto? Cada análise no interior de um código poderia provavelmente provar que o discurso trata de um assunto fora deste. Por isso, parece necessário buscar opções comunicativas que possam intermediar os diversos discursos.

A VOLTA DO DISCURSO: O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A CIÊNCIA

A questão epistemológica do desenvolvimento sustentável foi primeiramente colocada como problema científico pelo cientista inglês M. REDCLIFT (1991). Ele diferencia três dimensões do desenvolvimento sustentável, que são bem diferentes das de I. SACHS:

a) A dimensão econômica é caracterizada pela discussão sobre o esgotamento dos recursos. Este discurso reúne as visões otimistas, enraizadas nos escritos de RICARDO e seus seguidores, e as visões pessimistas, prevalecendo, entre outros, no relatório do *Club of Rome*. SACHS (1993, p.11) e TURNER (1997, p.134) chamam estes dois grupos respectivamente de "Cornucopianos" e "Cassandras", uma utilização dos termos criados por ENRICH & HOLDREN.

b) A dimensão política seria baseada na dialética entre as instituições sociais, no seu senso amplo, e a agência humana. Esta visão se deve a uma interpretação da teoria de estruturação proposta pelo sociólogo inglês A. GIDDENS (atualmente o principal ideólogo do governo britânico). Nesta teoria, GIDDENS tenta reunir abordagens estruturalistas e funcionalistas referentes às estruturas e instituições sociais, com abordagens fenomenológicas que baseiam-se na pesquisa de ações individuais e/ou de grupos. Assim, cria-se uma dialética permanente entre estruturas e pessoas que resulta em sistemas sociais abertos, tanto pelas modificações dos indivíduos quanto pelas lógicas internas dos sistemas (vide GIDDENS, 1984). REDCLIFT aponta a importância do poder e do conhecimento neste contexto, fato que, a seu ver, é muitas vezes negligenciado pelos analistas do meio ambiente e da economia.

c) A terceira dimensão, a da epistemologia, é definida como a forma de adquirir e preservar conhecimento. No meio acadêmico domina nesta perspectiva a lógica ocidental-científica, que desvaloriza e até mesmo nega a serenidade e complexidade de outros modos de pensar, outras filosofias e outras epistemologias. O filósofo Paul FEYERABAND identificou neste campo duas tradições que ele mesmo (ainda eurocêntrico) chamou de tradição abstrata, ou modernista, e de tradição histórica.

Em obras mais recentes, REDCLIFT desleixa a dimensão epistemológica, reduzindo-a ao fato de que cada lógica é baseada na sua cultura (1994, p.29) e que as necessidades básicas significam coisas diferentes para pessoas diferentes (p.22). Assim, o próprio pensamento de REDCLIFT não foge da avaliação crítica feita anteriormente. Numa colocação sobre a relação entre sociologia e desenvolvimento sustentável

vel (REDCLIFT e WOODGATE, 1994), esta redução da dimensão epistemológica fica ainda mais clara quando REDCLIFT discute os termos *wilderness* e *countryside* como projeções do pensamento romântico, entregando-se agora plenamente ao pensamento greco-romano e judaico-cristão. Como I. SACHS, assim também M. REDCLIFT cai na armadilha do reducionismo, desta vez na dimensão epistemológica.

Existem ainda outros entendimentos sobre o desenvolvimento sustentável, os quais abordam uma visão mais ampla. Geralmente estas abordagens preferem não falar em desenvolvimento sustentável, mas sim em ecologia. Elas apontam para várias direções:

a) ALMEIDA (1997, p.25) indica a idéia de quebrar com a hegemonia do discurso econômico; desta forma, o caminho a ser seguido "... é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade." BECKER (1997) aponta o objetivo do desenvolvimento sustentável na criação de uma democracia participante, com possibilidades desta tornar-se subversiva. Ambos os autores permanecem ainda na linha do pensamento ocidental, mesmo sendo mais autocríticos. Observa-se, entretanto, que visões deste tipo poderiam abrir um caminho mais amplo para a diversificação dos modos de pensar de acordo com as próprias experiências sociais dos diversos grupos sociológicos: "sustentabilidade deve ser entendida como a capacidade de uma região em constituir seu padrão de desenvolvimento [...] potencializando suas especificidades (econômicas, sociais, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais) que por si só são diferenciadoras, e por isso, possibilitadoras de inserções diferenciadas. Esse pode ser o sonho possível" (BECKER, 1997, p.73). A crítica do economismo se faz, assim, pela análise político-social.

b) LEIS e AMATO (1995) percorrem um outro caminho. Numa análise tipológica de ativistas ambientais, eles diferenciam várias combinações vivencial-psicológicas. Eles identificam dois eixos principais, sendo um o eixo hierárquico-igualitário e o outro o antropocêntrico-biocêntrico. Esta tipologia baseia-se na psicologia de C. JUNG e na filosofia do Ying e Yang, perpendicularizando entre os grupos do pensamento e da percepção (qualidades masculinas) e da intuição e do sentimento (qualidades femininas). Embora metida numa linguagem bem ocidental-paternalista-racional, esta perspectiva mostra-se aberta para entender a ligação entre a dimensão da ecologia mental e o conceito do desenvolvimento sustentável. Para LEIS e AMATO, o ambientalista prototípico deveria ser, no seu modo de pensar, um moderador entre os princípios masculinos e femininos, e entre as qualidades interiores (pensar, influir) e exteriores

(perceber, sentir). Conseqüentemente, os autores atribuem uma importância maior aos valores e práticas espirituais no ambientalismo.

c) A junção entre modo de pensar e ecologia mostra-se ainda mais forte numa poesia científica de Armando Dias MENDES (1995). Num texto altamente artístico e poético, MENDES segue, na forma de um rondó musical em sete movimentos, um caminho que quase foge aos códigos geralmente estabelecidos e aceitos pela ciência. Ele quer mostrar as interrelações entre os "seres humanos" e a sua ambiência numa outra forma. A escolha das palavras já é significativa. Trata-se não mais da categoria "homem", mas sim dos "seres humanos", dos indivíduos. Retomando o tema de uma conferência sobre "Raízes históricas de nossa crise ecológica" de Lynn WHITE, MENDES "re-liga" o mundo do indivíduo ao mundo "divíduo" do exterior. Esta é uma atitude altamente estética. A poesia revaloriza o sentido profundo das palavras. O artigo culmina numa apoteose da simpatia de todas as coisas, citando (ou melhor: comunhando) o "Cântico do Irmão Sol" de São Francisco de Assis. As idéias do desenvolvimento sustentável e as formas artísticas de MENDES mesclam-se. Os códigos tornam-se polivalentes, e a arte, juntamente com a religião, entra em jogo. O discurso desesperado supera as limitações das discussões mencionadas acima em vários aspectos:

- Primeiro, o texto de MENDES transfere o conteúdo da discussão sobre o desenvolvimento sustentável para uma perspectiva que, até hoje, conservou uma certa coerência interna, valorizando o mundo ecológico como um mundo criado e holístico – e não meramente um mundo produzido por sistemas, sejam eles biológicos, energéticos ou econômicos, construído pelo método analítico da ciência. Isto reintegra os teólogos ao mundo científico (no sentido estrito), do qual eles foram expulsos na época de São Francisco não tanto por culpa dos cientistas – porque nessa época o mundo científico no nosso entender atual existia apenas precariamente – mas sim pela intolerância da própria Inquisição (vide as heresias dos cátaros e valdenses, como as divergências com os monges franciscanos e dominicanos). Vários autores teológicos, como Jürgen MOLTSMANN na *Doutrina ecológica da criação* (1993) ou Leonardo BOFF (1996) no seu livro *Dignitas Terrae – Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*, tentam abordar essa fusão entre teologia, ciência e política. A tentativa pode ser interpretada como um contraponto ao casamento entre ciência e política no auge do capitalismo global, que começa a esgotar-se no modelo tecnológico atual.

- Segundo, o texto de MENDES valoriza o discurso poético. Com a aplicação da estética, o autor evita qualquer reducionismo. A poesia integra

facilmente os campos das conotações e associações, as quais são abertas pelos mais variados códigos e incluem interpretações sentimentais e intuitivas de cada pessoa. Este é exatamente o espaço que estava faltando no mundo construído através da base científica do discurso da modernidade. MENDES faz, deste modo, aquilo que era o ponto focal da minha crítica a I. SACHS no uso da expressão "desenvolvimento sustentável". Enquanto SACHS introduziu expressões poéticas para disfarçar um pensamento funcionalista, a poesia de MENDES ganha agora um papel positivo, facilitando interpretações polivalentes e, deste modo, criativas para melhor entender o mundo, sem entretanto funcionalizá-lo.

- Terceiro, o texto de MENDES possibilita a confusão dos discursos. O estilo poético indica uma direção na qual podemos procurar uma racionalidade "transversal", superando os limites disciplinares e lingüísticos do discurso científico. A transversalidade é o grande desafio da ciência pós-moderna. Isto revaloriza o papel da cultura. "Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar 'transversalmente' as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referência sociais e individuais", coloca o filósofo francês Felix GUATTARI (1997, p.25) no seu livro sobre as três ecologias. Wolfgang WELSCH, um filósofo alemão, aponta, na sua crítica da razão (1996), a importância da estética neste sentido. Para ele, a sensibilidade para as diferenças representa uma condição elementar do mundo plural e pós-moderno (p.800). Essa sensibilidade abriria o caminho para transgressões entre os discursos, sem rupturas, facilitando os cruzamentos entre códigos diferentes e criando novos tecidos de saber entre discursos heterogêneos e, até agora, muitas vezes incomensuráveis.

A construção de teias interlógicas só é possível através da comunicação (uma tarefa importante para a política e para a ciência) e da arte. Enquanto a comunicação chama atenção, a arte sensibiliza os nossos sentidos sem privilegiar o raciocínio. Isto não substitui a reflexão analítica, mas incentiva um tratamento mais sensível do meio ambiente, integrando o nosso saber num contexto maior, que reúne a razão pura (científica), a razão prática (social e política) e a razão estética (cultural) (WELSCH, 1996, p.802).

A transgressão dos discursos, como observa-se na discussão do desenvolvimento sustentável, torna-se cada vez mais uma necessidade básica, quase existencial. Desta forma, a arte e a religião, enquanto expressões culturais, voltam-se para a estruturação do nosso pensar. Ambos ampliam o entender de valores de diferentes grupos sociais, nações e discursos e escapam, assim, da perspectiva reducionista do mercado

capitalista e dos seus defensores científicos. “Em todos os lugares e em todas as épocas, a arte e a religião foram o refúgio de cartografias existenciais” (GUATTARI, 1997, p.30). Quando o capitalismo está invadindo e ameaçando o nosso mundo vivido (como aponta HABERMAS, 1981), elas podem servir – como já na época de São Francisco – como instrumentos para uma reconquista da autonomia criativa, embasada no meio cultural. Isto vale também para a crise ecológica. Atribuir essa crise apenas ao pensamento ocidental, que representa mais um modo de pensar entre outros, ou ao funcionamento do mercado capitalista, que embora atuando numa forma hegemônica não é eterno e representa só um fenômeno histórico, parece-me simples demais. Neste contexto surge com uma certa força a questão da relatividade dos valores que, ao meu ver, deveria estar no centro da discussão do desenvolvimento sustentável.

POSLÚDIO: O JOGO DOS VALORES

Em *As palavras e as coisas*, M. FOUCAULT (1966) mostra como o descobrimento do capital na sociedade moderna foi um elemento fundamental na transformação do trabalho e dos seus produtos em dinheiro. Até hoje, a questão do valor é muitas vezes reduzida nas discussões científicas ao valor capitalista, também no âmbito do desenvolvimento sustentável. Vários autores, no entanto, questionam esta perspectiva.

A tentativa de incluir custos ecológicos nos preços do mercado capitalista como propuseram, entre outros, PEARCE *et al.* (1989), é severamente criticada por REDCLIFT (1994), que reclama da mescla alógica entre valores cardinais (valores absolutos) e valores ordinais (valores relativos, como por exemplo dinheiro). REDCLIFT aponta que uma valorização capitalista supõe uma neutralidade cultural do valor e que na prática isto não existe, já que cada valor reflete uma construção e condição social dentro do seu próprio sistema referencial.

STAHEL (1995, p.111), na discussão de uma abordagem sistêmica e entrópica do desenvolvimento sustentável, afirma igualmente que valores qualitativos não podem ser reduzidos a valores quantitativos. Do mesmo modo critica BECKER (1997, p.58-59) a abstração dos objetos em valores, o que separa os objetos dos seus contextos concretos.

Todos estes autores concordam que os valores cardinais são culturalmente definidos. Eles dependem de processos de diversificação e comunicação, mostram-se semioticamente polivalentes e são

alvos de processos arbitrários e criativos na atribuição de significados (BARTHES, 1996, p.56). Códigos culturais são complexos e sofisticados. Conseqüentemente, a afirmação dos economistas de que é o capital que representa a forma mais eficaz da valorização por sua aceitação global e universal revela um caráter bastante primitivo em termos culturais. O sucesso da economia capitalista não está tanto na sua sofisticação, mas no dinheiro como instrumento de valorização com um caráter transversal e poliequivalente. A equação do dinheiro com qualquer outro elemento cultural possibilita a invasão atual de quase todos os códigos existentes. Só uma ampliação das capacidades culturais com o fortalecimento de outros códigos, que até agora conseguiram fugir da dominância do capital, pode conter esta invasão capitalista nas nossas sociedades, nas nossas culturas e, assim também, nas nossas naturezas como produtos do nosso entender do meio ambiente. Estes campos poderiam ser, entre outros, a língua no seu caráter polivalente (a poesia), a música, a estética, a emoção, ou os nossos modos de pensar, como a religião, todos ligados a discursos que a ciência moderna esqueceu enquanto instrumento de conhecimento, aceitando-os apenas como objeto de estudo.

A comunidade acadêmica, reclamando uma contribuição decisiva para a formação do nosso conhecimento, deveria ampliar a polivalência dos seus códigos de uma forma criativa para conter o reducionismo capitalista, mas esta mostra-se até hoje surpreendentemente reservada neste sentido. A redução da ciência atual ao apoio técnico na gestão do poder, como se faz na *Agenda 21*, que só se refere a engenheiros, arquitetos, projetistas industriais, urbanistas, formadores de políticas e outros (vide CONFERÊNCIA, 1992, p.218), desvaloriza completamente o potencial criativo dessa comunidade (os artistas são aí completamente ignorados). A *Agenda* nem menciona explicitamente cientistas naturais, sociais ou humanos, mas exclusivamente cientistas aplicados e tecnólogos. O desprezo é tão grande que os autores da *Agenda* (com certeza de orientação ocidental) nem perceberam que esqueceram um exemplo premente do desenvolvimento sustentável, surgido dentro do campo da cultura ocidental: a filosofia grega. Esta nasceu numa época em que ninguém sabia ainda da modernidade, do iluminismo, da industrialização e do próprio capitalismo e que, mesmo assim, até hoje não mostra nenhum sinal de esgotamento, nem dos seus recursos, nem dos seus meios – ao contrário do modelo capitalista atual.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece aos professores Dra. Beata Ratter (Universidade de Hamburgo, Alemanha), Dr. Axel Borsdorf (Universidade de Innsbruck, Áustria) e Dr. Francisco Mendonça (Universidade Federal do Paraná, Brasil) pelo encorajamento em escrever este texto. Os agradecimentos se estendem também à Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil) pela paciência na correção deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, B. Sustainable Development and the Greening of Development Theory. In: SCHUURMAN, F.J. (org.). *Beyond the Impasse. New Directions in Development Theory*. London, New Jersey, 1993, p. 207-222.
- ADAMS, W.M. Sustainable Development? In: JOHNSTON, R.J. et al. (Orgs.). *Geography of global change: repassing the world in the late twentieth century*. Oxford: Blackwell, 1995, p. 354-373.
- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D.F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997, p. 17-26.
- AMIN, S. *O desenvolvimento desigual. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- BECKER, Bertha. A Amazônia pós ECO-92: Por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.129-143.
- BECKER, D.F. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, D.F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997, p. 27-94.
- BOECKH, A. Entwicklungstheorien: eine Rückschau. In: NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. (Orgs.). *Handbuch der Dritten Welt Band 1: Grundprobleme, Theorien, Strategien*. Bonn: Dietz Nachf., 1993, p. 110-130.
- BOFF, Leonardo. *Dignitas Terrae - Ecologia: Grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1996.
- BRÜSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 29-40.
- CARDOSO, F.H.; FALETTTO, E. *Dependência y Desarrollo en América Latina*. Cd. México, 1971.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Agenda 21*. Curitiba: IPARDES, 1992.
- CONRAD, Jobst. Nachhaltige Entwicklung - ein ökologisch modernisiertes Modell der Moderne? In: BRAND, K.-W. (Org.). *Nachhaltige Entwicklung: eine Herausforderung an die Soziologie*. Opladen: Leske und Budrich, 1997, p.51-70.
- COSTANZA, R. *Ecological Economics: the science and management of sustainability*. New York: Columbia University Press, 1991.
- ECO, U. *A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- FRANK, A.G. *Dependent Accumulation and Underdevelopment*. London, 1982.
- GALTUNG, J. Eine strukturelle Theorie des Imperialismus. In: Senghaas, Dieter (Org.). *Imperialismus und strukturelle Gewalt*. Frankfurt: Suhrkamp, 1972, p.29-103.
- GIDDENS, A. *The constitution of society*. London: Polity, Blackwell, 1984.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1997.
- HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. 2 Vol. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1981.
- HIRSCHMANN, A. *Estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- LEIS, H.R.; D'AMATO, J.L. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p.77-103.
- LÉLÉ, S. M. Sustainable Development: a critical review. In: *World Development*, v. 19, 1991, p. 607-621.
- MEADOWS, D. et al. *Limites do crescimento - um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MENDES, A.D. Envolvimento & Desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 54-76.
- MOLTMANN, J. *Deus na criação: doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- PEARCE, D.; MARKANDYA, A.; BARBIER, E. *Blueprint for a green economy*. London: Earthscan, 1989.
- REDCLIFT, M. Sustainable development: economics and the environment. In: REDCLIFT, M.; SAGE, C. (Orgs.). *Strategies for Sustainable Development: Local agendas for the southern hemisphere*. Chichester et al.: Wiley, 1994, p.17-34.
- _____. The multiple dimensions of sustainable development. In: *Geography*, v. 76, 1991, p. 36-42.
- _____. WOODGATE, G. Sociology and the environment - discordant discourse? In: REDCLIFT, M.; BENTON, T. (Orgs.). *Social theory and the*

- global environment. London: Routledge, p.51-66.
- ROSTOW, W.W. *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SACHS, I. *Development and Planning*. Cambridge et al., 1984.
- _____. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1993.
- _____. *Strategies de l'ecodeveloppement*. Paris, 1980.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- STÄHEL, A.W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p.104-127.
- TRZYNA, T.C.; OSBORN, J.K. (Orgs.). *A sustainable world: defining and measuring sustainable development*. Sacramento/CA: California Institute of Public Affairs, 1995.
- TURNER, B.L. The sustainability principle in global agendas: implications for understanding land-use/cover change. In: *The Geographical Journal*, v. 163, n. 2, 1997, p. 133-140.
- VARGAS, P.R. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, D.F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997, p. 207-238.
- WELSCH, W. *Vernunft: die zeitgenössische Vernunftkritik und das Konzept der transversalen Vernunft*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1996.